



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005
Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

Ata nº 08/2023

Ata da Assembleia Geral Ordinária do **Conselho Municipal de Assistência Social de Santos – CMAS**, realizada no dia 18 de julho de 2023, no auditório da EMAPS, sito à Rua Pedro II, 25 Centro, com a presença de conselheiros, convidados e a Secretaria Executiva do conselho Sra. Adelma Santos Lima, conforme lista de presença abaixo:

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EXERCÍCIO 2023			
CONSELHEIRO	REPRESENTATIVIDADE		JULHO
Rayssa Ramos Barja	TITULAR	GOVERNO - SEDS	***
Tassia Queiroz Prado	SUPLENTE	GOVERNO - SEDS	P
Vago	TITULAR	GOVERNO - SMS	***
Maria Anunciação de Jesus Lourenço	SUPLENTE	GOVERNO - SMS	P
Angélica Egler Graça Gomes	TITULAR	GOVERNO - SEDUC	***
Cristiana Mondadori	SUPLENTE	GOVERNO - SEDUC	P
Alexsander José Guedes	TITULAR	GOVERNO - SEMES	F
Paulo Roberto Paes Musa	SUPLENTE	GOVERNO - SEMES	F
Leonardo Rodrigues de Moraes	TITULAR	GOVERNO - SECULT	P
Marcelo Lattanzi Ramires	SUPLENTE	GOVERNO - SECULT	***
Renata Fagundes	TITULAR	GOVERNO - SEDURB	P
Jorge Manuel de Souza Ferreira	SUPLENTE	GOVERNO - SEDURB	***
Ronaldo Francisco Resende	TITULAR	GOVERNO - COHAB	P
Jessica Vilar da Nobrega Laffront	SUPLENTE	GOVERNO - COHAB	***
Marcus Vinicius Gonçalves Sécio	TITULAR	GOVERNO - SESEG	F
Ana Carolina da Silva Costa Emilio	SUPLENTE	GOVERNO - SESEG	F
Itiel Pereira de Araújo Filho	TITULAR	GOVERNO - SEFIN	P
Mayara Bessa Cappello	SUPLENTE	GOVERNO - SEFIN	***
Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
ONG Vidas Recicladas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	F
Instituto Elos	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
PROVIVER Obras Sociais e Educacionais	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Asilo de Inválidos de Santos – Casa do Sol	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Lar das Moças Cegas	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Educandário Santista	TITULAR	SOC. CIVIL - ENTIDADE	P
Lar Evangélico de Amparo a Velhice	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Sociedade São Vicente de Paulo	SUPLENTE	SOC. CIVIL - ENTIDADE	***
Aurora Fernandez Rodriguez	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Maria Beatriz de Carvalho	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

Paulo Cezar Simoni	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	JUSTIFICADO
Gilmara M. B. Salazar	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	F
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Katia Ayres Dos Anjos	TITULAR	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - TRABALHADOR	***
Alaíde Maria de Oliveira	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Claudia Aparecida Solidário Pedroso	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Rogério Aparecido dos Santos	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	P
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Maria Anunciada de Andrade	TITULAR	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	F
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***
Vago	SUPLENTE	SOC. CIVIL - USUÁRIOS	***

6 Em segunda chamada, Sra. Josenice, Presidente, cumprimenta os presentes, a seguir, inicia os
7 itens da pauta. **Item 1** – Apreciação e deliberação da ata da Assembleia Geral Ordinária do dia
8 20/06/2023. Após leitura, a conselheira Katia solicita acrescentar no relato da visita ao CRAS São
9 Manoel que a chefia da unidade é nova e que está realizando um trabalho de mapeamento da rede
10 do território. **Item 2** – Apreciação e deliberação do Plano de ação para utilização do recurso
11 financeiro do FEAS para vagas emergenciais de acolhimento, para a população em situação de
12 rua, durante as baixas temperaturas. A Presidente do conselho, Sra. Josenice esclarece que a fala
13 dela no item em tela não é enquanto presidente do CMAS e sim coordenadora do Albergue Noturno.
14 Informa que no dia 07/07/23 recebeu ligação da Sra. Secretária de Desenvolvimento Social,
15 perguntando se o serviço teria a possibilidade de ampliação de vagas, para atendimento a Portaria
16 CIB-SP 20 de 15 de abril de 2023, para vagas emergenciais de acolhimento para a população em
17 situação de rua, durante as baixas temperaturas. Nos colocamos a disposição para ampliação das
18 vagas, pois o Albergue tem capacidade para tal atendimento, sendo que na pandemia foi a porta
19 de entrada para todos os acolhimentos do município, o que foi possível pois temos na diretoria um
20 médico que na época ficou diariamente no serviço para atendimento dos munícipes, que somente
21 após o período da quarentena estabelecida, eram encaminhados para os demais acolhimentos do
22 município. Assim, se foi possível trabalhar nas condições da pandemia, o serviço tem capacidade
23 para trabalhar com a ampliação prevista para o período do inverno. Justifica que o CMAS não gosta
24 de trabalhar sem análise prévia nas comissões, mas que os prazos do Estado são curtos, informa
25 ainda que está com o plano para execução da ampliação de vagas e que ele está disponível para



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

se alguém quiser dar uma olhada. As vagas serão para 20 pessoas do sexo masculino, não serão somente para pernoite, serão trabalhadas da mesma forma que os demais acolhidos e iniciarão após aprovação e valor do recurso ser depositado. O valor é R\$70.000,00, que será utilizado para aquisição de alimentação e material de higiene. A ampliação das vagas ocorrerá aproximadamente até 24 de setembro. O conselheiro Rogerio verbaliza que estava morando sozinho, porém teve que entregar a casa e o único acolhimento que tinha vaga foi o Albergue Noturno, porém o serviço não possui acessibilidade, assim não foi possível o acolhimento e teve que dormir 15 dias nas ruas, até conseguir vaga no SEABRIGO. Questiona quando o Albergue terá acessibilidade. Da mesma forma, questiona sobre a situação do CMAS, sobre acessibilidade, informando que conhece várias pessoas que gostariam de participar das reuniões, mas que por conta da falta de acessibilidade do CMAS ficam impedidas, “quando eu chego improvisam uma rampa de madeira para eu entrar”. A Presidente responde os questionamentos com relação a falta de acessibilidade do Albergue Noturno. Esclarece que a organização é privada, tem 107 anos e está passando por reformas, sendo que a acessibilidade do local está no projeto, mas como a organização é beneficente, sem fins lucrativos, depende de recursos para execução das obras. Também está previsto a construção das baias para os animais, aguardando recursos de emendas parlamentares para execução. O conselheiro Itiel verbaliza que a fala do conselheiro Rogerio é sensível a todos, mas que não é pertinente a discussão, que Santos possui problemas de engenharia, que os prédios são antigos e que não há um dia sequer que não responde sobre a questão em seu trabalho. Ainda que é um problema sistêmico, que os prédios são tombados, cabendo ao CMAS, a SEDS, escrever moções, pedidos nem que seja ao “Papa” para que os locais tenham acessibilidade. A conselheira Tassia verbaliza que o colegiado precisa votar o item em pauta. A conselheira Katia, pergunta, se a principal barreira de acesso é a falta de acessibilidade, se já foi avaliado se é possível adequar o prédio. A Presidente, Sra. Josenice informa que há uns anos atrás foi colocado uma rampa no Albergue, mas como não estava de acordo com a legislação, tiveram que retirar. A conselheira Katia pergunta sobre a ampliação das vagas, se durante o período, os munícipes saírem do acolhimento, se as vagas ficarão disponíveis novamente. Sra. Josenice responde positivamente, que terá disponível no período 70 vagas. A Secretária de Desenvolvimento Social, Sra. Audrey agradece a compreensão do serviço Albergue Noturno, para atendimento a esta demanda. Explica que o recurso financeiro veio quase no fim do inverno. Agradece também a fala do conselheiro Rogerio. Que estiveram juntos, na oportunidade onde realizou visita ao SEABRIGO, imóvel que já está adaptado, sendo necessária a acessibilidade existir em todos as instituições, estando a SEDS



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

58 caminhando para tal. Aproveita para anunciar que por conta da necessidade/procura, será ofertado
59 mais 20 vagas para pernoite no município. As vagas serão disponibilizadas no Arena que possui
60 acessibilidade. Sra. Adelma pergunta se no Arena os munícipes poderão levar os animais, sendo
61 positiva a resposta por parte da secretária. O conselheiro Rogerio agradece o respeito que tem
62 recebido nas reuniões, onde os atores estão unindo forças para as lutas. A seguir é feita a votação
63 do item em pauta, sendo aprovado. **Item 3** – Apreciação e deliberação de alteração de plano de
64 ação da OSC Sociedade Amiga dos Pobres – Albergue Noturno, para utilização do recurso
65 financeiro do FEAS – Promoção da Rede Socioassistencial de Santos. A conselheira Fernanda de
66 Souza explica que apenas um item do plano foi alterado, pois o que estava planejado para compra,
67 já foi adquirido através de doação, assim será comprado uma mesa de inox. O colegiado aprovada
68 a alteração da compra. **Item 4** – Deliberação de alteração no PMAS WEB. A conselheira Fernanda
69 Souza inicia a discussão lembrando que foi solicitado o envio do plano de ação para o CMAS, que
70 foi acordado na AGO de maio, porém o plano só chegou ao conselho em 13/07, não sendo possível
71 análise nas comissões. A conselheira Tassia explica que todo ano o colegiado faz a aprovação dos
72 valores repassados as OSC que são organizados no PMAS WEB. Com a saída da OSC Centro
73 Espirita 30 de Julho e entrada da Casa do Paraplégico no convênio, será necessário aprovar essa
74 alteração de recursos no PMAS WEB. Após votação, a alteração no PMAS WEB é aprovada com
75 ressaltas, pois o plano de ação para execução não foi apresentado ao CMAS. **Item 5** – Avaliação
76 da XV Conferência Municipal de Assistência Social. A conselheira Aurora verbaliza que foi um
77 processo muito rico, sendo significativa a participação dentro das discussões. No segundo dia,
78 sempre é mais esvaziado, mas tivemos a votação e eleição dos delegados para levar nossas
79 propostas ao Estado. Foi marcante a diferença dos territórios, a área continental, com os seus 11
80 bairros, numa distante que precisa urgente de mobilidade, sendo o custo do transporte altíssimo,
81 precisando também de capacitação para as mulheres, para trabalhar as questões de violência. O
82 Caruara estava em evidência, mas é necessário que se façam ações em outros locais como no
83 Morro da Mineira e Monte Cabrão que apontam questões de violência doméstica, saúde mental,
84 muitos jovens ociosos, sem atividades disponíveis no território. Na definição de escolha de usuários
85 para serem delegados, foi muito difícil, pois muitos queriam, porém eram poucas vagas, sendo
86 importante informar nos relatórios para o Estado essa situação. Importante também pensar na
87 criação de espaços, fóruns de usuários, para que tenham sua voz garantida. Sra. Secretária,
88 Audrey, informa que a SEDS já discutiu sobre as propostas aprovadas e foi analisado o quando é
89 necessário avançar. Sendo positivo verificar que muitas propostas já possuem um trabalho iniciado,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

90 alguns bem adiantados, como por exemplo o Programa Fênix para os moradores de Caruara.
91 Ativamos o programa para que funcione dentro dos CRAS e os técnicos estão analisando os
92 usuários que possuem perfil. Assim a documentação da conferência respaldará o trabalho que já
93 estamos fazendo e ajudará na argumentação para efetivar o que for necessário. A conselheira
94 Aurora questiona se irá ter um CRAS em Caruara. Sra. Secretária Audrey informa que estamos
95 caminhando para isso, faltando recursos humanos. Informa que o processo seletivo para
96 contratação emergencial de operador social, assistente social e psicólogo foi autorizado, sendo o
97 próximo passo a análise de currículos. O concurso que está em andamento ainda levará alguns
98 meses para começar a chamar, assim o processo seletivo se faz tão importante, senão os serviços
99 não teriam folego para continuar. A SEDS está iniciando uma comissão com as OSC parceiras e
100 algumas secretarias, devendo sair a publicação nos próximos dias. Foi apontado na conferência a
101 necessidade de conselhos gestores dentro das unidades, sendo algo que por consequência da falta
102 de RH não é possível fazer no momento. Sugere uma reunião entre os conselhos, na área
103 continental, pois a Política de Assistência Social fica com tudo e precisamos das outras políticas
104 para dar conta de todas as demandas apresentadas na conferência. Se oferece para articular uma
105 reunião. A conselheira Aurora sugere a articulação pelo DEARTI. A Sra. Presidente fala que todas
106 as propostas precisam ser olhadas, não só as 10 mais votadas, pois tinham várias propostas para
107 as pessoas em situação de rua, que não foram bem votadas, pois não tinham usuários com essa
108 demanda. Que a não participação das pessoas em situação de rua se deu por consequência do
109 local de realização da conferência, que os usuários não se sentem pertencentes Sra. Adelma
110 lembra que na conferência anterior, presencial, houve participação numerosa do público em
111 questão, sendo necessário abordar outras hipóteses para a não participação da população em tela.
112 A conselheira Maria Anunciação fala da importância de olhar para as propostas menos votadas,
113 dos segmentos mais significativos, mas que não estavam presentes para defender suas ideias. A
114 conselheira Katia verbaliza que ficou maravilhada com a participação dos jovens e com a
115 apresentação do SFCV. Aponta necessidade de investir em maior preparação com os jovens para
116 participação, pois muitos na hora da votação ficaram confusos. Sobre as palestrantes, fala que
117 estamos acostumados a receber a receber tudo pronto, mas que elas foram na linha de provocação,
118 colocando o coletivo para pensar nas estratégias, trazendo a necessidade de focar em ações na
119 primeira infância, não tendo como a Política de Assistência assumir as demandas da outras
120 políticas, ressaltando a necessidade da intersetorialidade. Sra. Tais discorre sobre as dificuldades
121 do processo, que não temos histórico e continuidade dos processos, sendo difícil as construções.



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

122 Fala da necessidade de revisar o formato da conferência que foi apresentado para os trabalhadores
123 e na plenária tinha muito mais usuários. O conferi deve ser feito ao longo do processo. A condução
124 dos grupos de discussão foi muito difícil, sendo importante avaliar o formato da conferência para
125 não construir processos de exclusão e sim de participação. **Item 6** – Vacâncias. Eleição de novos
126 conselheiros e abertura de vagas remanescentes de conselheiros dos segmentos Usuários e
127 Trabalhadores. A conselheira Fernanda de Souza informa que houve somente uma inscrição para
128 a vaga no segmento trabalhadores, a seguir, solicita que a Sra. Barbara M. Brasil se apresente.
129 Sra. Barbara declara que trabalha como operadora social no CREAS ZNO, que foi nomeada
130 recentemente e está aprendendo sobre a Política de Assistência, inclusive saiu como suplente de
131 delegada para a Conferência Estadual de Assistência Social. A conselheira Katia aproveita para
132 agradecer o auxílio da Sra. Barbara na sala temática na conferência. Não havendo concorrência, a
133 Sra. Barbara é empossada conselheira do CMAS. **Item 7** – Informes do CMAS: Relatos das
134 comissões, diretoria e SAICAS. Sra. Adelma relata que na Comissão de Política foi analisada duas
135 inscrições de novas ofertas. Foi realizada reunião para continuidade da inscrição da OSC
136 Mensageiros da Luz. A comissão iniciará a análise das solicitações de revalidação de inscrição,
137 sendo que as OSC que foram revalidadas no ano passado sem ressalvas, será realizado reuniões,
138 por segmentos, para continuidade no processo. A conselheira Maria Anunciação relata que na
139 Comissão de Instância, houve a presença de dois trabalhadores da saúde que também trabalham
140 com o Programa Bolsa Família - PBF. Os participantes solicitaram senhas dos sistemas CAD único
141 e SIBEC, bem como confecção de cartilhas explicativas sobre o PBF. Foi informado que as
142 solicitações de senha seriam analisadas e sobre o material, para aguardar nova oportunidade, visto
143 que a alteração do plano de uso do recurso foi alterada na última assembleia, sendo necessário
144 verificar a possibilidades para demais mudanças ainda no ano vigente. A conselheira Fernanda de
145 Souza informa que na Comissão de Legislação foi pensado em estratégias para o processo eleitoral
146 do conselho, com a elaboração de material para subsidiar as ações. Foi discutido a necessidade
147 de possíveis alterações no regimento interno e sobre o processo conferencial. Reforça a
148 necessidade das informações a serem analisadas pelo colegiado chegarem antes de serem
149 publicadas no diário oficial e com antecedência para análise nas reuniões das comissões, pois o
150 colegiado precisa aprovar o uso dos recursos, porém precisa analisar as solicitações primeiro. A
151 conselheira Katia corrobora com a fala, ressaltando a importância de passar pelo colegiado, para
152 melhorar a qualidade dos serviços a população, entende que esse é um espaço de correlação de
153 forças, tornando-se necessário ajustar o diálogo para melhorar o entendimento, não pessoalizando



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

154 o que está sendo proposto, pois o colegiado está para apoiar. Sra. Samanta questiona a
155 necessidade de passar o plano pelo conselho, uma vez que a inscrição da OSC está ativa, sendo
156 um serviço idêntico ao já executado pela OSC, sendo alterado somente o plano de desembolso.
157 Sra. Adelma resgata que até o ano de 2020 o CMAS tinha cadeira na comissão de seleção, que
158 realiza a análise das parcerias com a SEDS e que a realização de análise na SEDS é após no
159 conselho não é eficaz, visto que na situação em tela, não foi possível a análise pois o plano não foi
160 disponibilizado, somente após publicação em diário oficial, quando já tinha sido aprovado pela
161 comissão de seleção. Sra. Samanta verbaliza que hoje a comissão tem outro formato, que as
162 reuniões são sistemáticas e antes eram pontuais. Sra. Tais questiona a necessidade de o CMAS
163 participar da comissão de seleção, pois é atribuição da SEDS a definição das parcerias. Pergunta
164 qual embasamento legal para que o colegiado analise a escolha das OSC que serão conveniadas.
165 Sra. Secretária, Audrey declara que está somente a 60 dias a frente da pasta e que tem ouvido as
166 necessidades, sendo já pensado na participação do CMAS na comissão de monitoramento. Sra.
167 Secretária, fala que atendeu a solicitação do colegiado e compareceu em uma reunião, levando as
168 demandas apresentadas a secretaria. Também chamou a diretoria executiva para reunião com os
169 técnicos, estando somente a 60 dias a frente da pasta, mas com essa formatação de diálogo, além
170 de ter conselheiros que fazem parte da gestão, o que deveria facilitar a circulação da informação.
171 Levará as necessidades e decidirá o melhor caminho, pois a SEDS não está omissa as questões
172 trazidas pelo colegiado. A conselheira Tássia, justifica que representa a gestão no conselho, e que
173 em muitas ocasiões não entra nas discussões pois não possui conhecimento técnico, mas que
174 nunca foi solicitado pela gestão que não poderia levar os assuntos discutidos na SEDS nas reuniões
175 do conselho. O conselheiro Itiel, coordenador da Comissão de Finanças relata que na reunião foi
176 analisado os itens 2, 3 e 4 da pauta em tela. Reforça que não temos recebido a prestação de contas
177 da SEDS, solicitando apresentação da prestação de contas. Verbaliza que quando era jovem era
178 mais rígido, mas que com o processo de envelhecimento tornou-se maleável, trazendo essa
179 característica para a Comissão de Finanças. Embora seja advogado, efariza que gosta de ajudar.
180 A conselheira Aurora ressalta que devemos defender os princípios básicos da política ao analisar
181 os processos, se está dentro da Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. A conselheira
182 Fernanda de Souza relata atividades do SAICAS. Estão ocorrendo reuniões e oitivas com os
183 envolvidos. A metodologia que a comissão está utilizando é a mesma que foi utilizado no processo
184 da OSC Lar Santo Expedito. Sra. Tais pergunta o prazo para conclusão dos trabalhos. A
185 conselheira Aurora informa que estão trabalhando com prazo de 90 dias, que a comissão é



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

186 permanente e que nela se pensa na construção de propostas efetivas de proteção para a Política
187 de Assistência Social, a exemplo do seminário que foi realizado com os serviços envolvidos no ano
188 passado. O SAICAS não está fiscalizando e sim acompanhando os trabalhos de acordo com o
189 plano de trabalho, pensando em ações para a qualidade de vida da população que vem sendo
190 violentada, principalmente mulheres, negros, jovens e idosos. A conselheira Katia fala sobre o
191 abuso financeiro, que os idosos estão sendo explorados pelas instituições financeiras, que essa já
192 é uma discussão que já é recorrente. Aproveita para pergunta se o GT de SCFV está funcionando,
193 pois não recebeu mais nenhuma convocação para participação. A conselheira Fernanda Souza
194 informa que verificará. **Item 8 – Informes do Gestor.** Sra. Secretária informa que em novembro
195 promoverá a semana da assistência social, com apresentação de práticas exitosas, com
196 premiação. Os critérios estão sendo construídos pelos técnicos da SEDS. Informa que estão
197 tramitando 03 projetos de lei e gostaria de espaço na assembleia para apresentá-los. Um é
198 referente a isenção da taxa de inscrição de concursos público para os usuários, estando
199 aguardando a aprovação da Secretaria de Finanças. Divulga que o Centro Pop está realizando
200 trabalho de preparação para o concurso público com os usuários, atendendo 10 municípios.
201 Agradece a sua equipe da SEDS que tem se dedicado nos processos de trabalho e construção da
202 Política Pública. O segundo projeto de lei é referente ao encaminhamento da pessoa em situação
203 de rua direto para habitação, sem passar pelo acolhimento institucional, de acordo com avaliação
204 técnica. O terceiro projeto é sobre encontrar empresas amigas, para doação de equipamentos,
205 mobília, reformas. Estão analisando a criação de um selo, para valorizar e certificar as empresas
206 parceiras. Informa que no dia 28/07/23 chamou uma reunião para discutir o trabalho regional. As
207 09 cidades foram convidadas a participar, sendo que 05 já confirmaram presença. A DRADS foi
208 acionada, porém no momento não consegue realizar essa articulação, assim participará no apoio
209 ao processo. Também foi convidada a União dos Vereadores da Baixada Santista. A conselheira
210 Aurora informa que esteve nas conferências de toda a região, inclusive no Vale do Ribeira e que
211 alguns municípios da baixada santista estão se agregando ao consórcio da região do Vale da
212 Ribeira, reunindo-se na cidade de Miracatu. Ressalta a importância da participação da DRADS
213 nesse processo, pois devido a configuração de alguns municípios, os serviços poderiam ser
214 regionalizados, sendo este o papel da DRADS. Sra. Audrey informa que recentemente em reunião
215 com a DRADS foi informada que o Estado liberou recursos para implantação de um abrigo para
216 mulheres vítimas de violência regionalizado, mas a contrapartida de recurso é muito alta, não sendo
217 viável para o município. Nenhum município quis o gerenciamento do abrigo, sendo decidido que



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SANTOS

Lei Municipal nº 1378/94

Reformulada e revogada pela Lei Municipal nº 2301/2005

Alterada pela Lei nº 2344/2005 e Alterada pela Lei nº. 2781/2011

218 seria em Santos em reunião que não havia representantes nossos. A conselheira Maria Anunciação
219 discorre que essa situação ocorre muito na saúde, que sempre atende muitas pessoas de outros
220 municípios, ocorrendo desta forma, sobrecarga nos serviços. **Item 8** – Assuntos Gerais. A
221 conselheira Tassia solicita que os presentes votem no Orçamento Participativo, no projeto
222 apresentado pela CODESO. Sra. Barbara informa que o CREAS também está concorrendo no
223 Orçamento Participativo com um projeto para os jovens atendidos no Serviço de Medida Socio
224 Educativa. Aproveita para informar também que o CREAS ZNO está realizando aulas de português
225 aos usuários que irão fazer o concurso público. A conselheira Aurora informa que tem duas
226 unidades da Fundação Casa na região que estão fechadas, é precisam ser vistas. Sra. Secretária
227 informa que o prefeito esteve na unidade do Monte Cabrão, pois o Estado tem a intenção de passar
228 a cessão do imóvel ao município e estão estudando as possibilidades, talvez até para instalação
229 de um equipamento híbrido, pois o espaço é muito grande. A conselheira Renata pede a fala.
230 Parabeniza os conselheiros pela organização da conferência, ressaltando que nunca tinha visto um
231 processo com tantas pré-conferências. Informa que participou da pré-conferência que foi realizada
232 na rua, com as pessoas em situação de rua e ficou impressionada com a qualidade das propostas.
233 Sugere que na reunião do dia 27 o Conselho de Desenvolvimento Urbano seja convidado, pois a
234 lei de uso e ocupação do solo da área insular foi aprovada no final do ano passado e estão
235 realizando a análise da Área Continental. A lei regulamentará o uso do solo, a questão ambiental e
236 a questão do porto. Estão revisando o plano diretor e a situação dos equipamentos públicos. Sendo
237 que pela primeira vez os idosos terão um capítulo no plano. Sra. Secretária agrade a conselheira
238 Renata, pois isso mudará a vida dos usuários. A conselheira Aurora convida os presentes a
239 participação na Conferência Metropolitana dos direitos da criança e adolescente que ocorrerá no
240 dia 26/07 no auditório da UNIMES, das 8h30 as 17h. Sem mais assuntos, a Presidente do conselho
241 finaliza a reunião as 11h54.